XXV ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI - BRASÍLIA/DF

TEORIAS DA DEMOCRACIA E DIREITOS POLÍTICOS

ARMANDO ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA

RUBENS BEÇAK

Copyright © 2016 Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Todos os direitos reservados e protegidos.
Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI
Presidente - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UNICAP
Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet – PUC - RS
Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim – UCAM
Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Maria dos Remédios Fontes Silva – UFRN
Vice-presidente Norte/Centro - Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes – IDP
Secretário Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba – UFSC
Secretário Adjunto - Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto – Mackenzie

Representante Discente – Doutoranda Vivian de Almeida Gregori Torres – USP

Conselho Fiscal:
Prof. Msc. Caio Augusto Souza Lara – ESDH
Prof. Dr. José Querino Tavares Neto – UFG/PUC PR
Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini Sanches – UNINOVE
Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva – UFS (suplente)
Prof. Dr. Fernando Antonio de Carvalho Dantas – UFG (suplente)

Secretarias:
Relações Institucionais – Ministro José Barroso Filho – IDP
Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho – UPF
Educação Jurídica – Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues – IMED/ABEDi
Eventos – Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta – FUMEC
Prof. Dr. Jose Luiz Quadros de Magalhaes – UFMG
Profa. Dra. Monica Herman Salem Caggiano – USP
Prof. Dr. Valter Moura do Carmo – UNIMAR
Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr – UNICURITIBA
Comunicação – Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro – UNOESC

T314
Teorias da democracia e direitos políticos [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UnB/UCB/IDP/UDF; Coordenadores: Armando Albuquerque de Oliveira, Rubens Beçak – Florianópolis: CONPEDI, 2016.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-85-5505-204-0
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: DIREITO E DESIGUALDADES: Diagnósticos e Perspectivas para um Brasil Justo.

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Brasil – Encontros. 2. Teorias da Democracia. 3. Direitos Políticos. I. Encontro Nacional do CONPEDI (25. : 2016 : Brasília, DF).

CDU: 34

Florianópolis – Santa Catarina – SC
www.conpedi.org.br

XXV ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI - BRASÍLIA/DF

TEORIAS DA DEMOCRACIA E DIREITOS POLÍTICOS

Apresentação

A publicação "Teorias da Democracia e Direitos Políticos" é resultado da prévia seleção de artigos e do vigoroso debate ocorrido no grupo de trabalho homônimo, ocorrido no dia 8 de julho de 2016, no XXV ENCONTRO NACIONAL DO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO, realizado na Universidade de Brasília entre os dias 6 e 9 de julho de 2016.

O grupo de trabalho Teorias da Democracia e Direitos Políticos teve o início das suas atividades no Encontro Nacional do CONPEDI Aracajú, realizado no primeiro semestre de 2015. Naquela ocasião, seus trabalhos foram coordenados pelos Professores Doutores José Filomeno de Morais Filho (UNIFOR) e Matheus Felipe de Castro (UFSC). No Congresso Nacional do CONPEDI Belo Horizonte, realizado no segundo semestre deste mesmo ano, coordenaram os trabalhos do Grupo os Professores Doutores José Filomeno de Moraes Filho (UNIFOR), Adriana Campos Silva (UFMG) e Armando Albuquerque de Oliveira (UNIPÊ /UFPB). Finalmente, no Encontro Nacional do CONPEDI Brasília, os trabalhos estiveram sob a coordenação dos Professores Doutores Rubéns Beçak (USP), José Filomeno de Morais Filho (UNIFOR) e Armando Albuquerque de Oliveira (UNIPÊ/UFPB).

O GT vem se consolidando no estudo e na discussão dos diversos problemas que envolvem a sua temática. Não há dúvidas de que mesmo após a terceira onda de democratização, ocorrida no último quarto do século XX, o mundo se deparou com uma grave crise das instituições da democracia e, por conseguinte, dos direitos políticos, em vários países e em diversos continentes. O atual contexto no qual se encontram as instituições político-jurídicas brasileiras ilustra bem esta crise.

Dessa forma, esta publicação apresenta algumas reflexões acerca das alternativas e proposições concretas que visam o aperfeiçoamento das instituições democráticas e a garantia da efetiva participação dos cidadãos na vida pública. Assim, os trabalhos aqui publicados, sejam de cunho normativo ou empírico, contribuíram de forma relevante para que o GT Teorias da Democracia e Direitos Políticos permaneça na incessante busca dos seus objetivos, qual seja, levar à comunidade acadêmica e à sociedade uma contribuição acerca da sua temática.

Desejamos a todos uma boa leitura.

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP

Prof. Dr. Armando Albuquerque de Oliveira - UNIPÊ/UFPB

O ÓDIO À DEMOCRACIA: REFLEXÕES A PARTIR DE RANCIÈRE

HATRED OF DEMOCRACY: REFLECTIONS FROM RANCIÈRE

Daisy Rafaela da Silva [1]
Elizabeth Novais Pereira [2]

Resumo

O presente artigo tem por fim refletir sobre a Democracia à luz da obra intitulada "O ódio à democracia" do filósofo Jacques Rancière. Utilizando-se a metodologia de estudos bibliográficos, sua análise, a partir de Rancière e demais ideias críticas de Bauman, Amartya Sen, Samuel Huntington, buscou-se um estudo que é atual ante as questões do Estado Democrático Brasileiro e os problemas de ordem política, econômica e social. A conclusão perfaz-se na consolidação da democracia e na gestão ética do Estado.

Palavras-chave: Democracia, Ódio, rancière

Abstract/Resumen/Résumé

This article aims to reflect on democracy in the light of the work entitled "The hatred of democracy" of the philosopher Jacques Rancière. Using the methodology of bibliographical studies, analysis, from Rancière and other critical Bauman ideas, Amartya Sen, Samuel Huntington, sought a study that is current at the issues of the Brazilian Democratic state and political problems , economic and social. The conclusion is brought up in the consolidation of democracy and the ethical management of the state.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Democracy, Hatred, Rancière

---

[1] Doutora em Direito. Mestre em Direito. Coordenadora do Núcleo de Direitos Humanos do UNISAL. Professora e Pesquisadora do Programa de Mestrado em Direito UNISAL

[2] Mestranda. Pesquisadora sobre Estado, Democracia e Efetividade dos Direitos Humanos.

Introdução

Para o Jacques Rancière, autor da obra "O ódio à democracia", afirma que tal ódio surgiu após uma análise e crítica a uma tendência muito forte na França, que de maneira particular tomou a democracia não como forma de Estado, mas como forma de vida em sociedade. O ódio à democracia acusa o indivíduo "comum" de ser detentor do mínimo para que integre a sociedade de consumo de massa. No Brasil, visto que o PT projetou fortemente como meta de seu governo dar o poder de compra aos menos favorecidos, com isso a classe assim denominada pelos estudiosos de classe D e E, de usar o mesmo espaço público e de poder comprar os bens de consumo, e a oligarquia classificada pelo autor em estudo como a não democracia em que vivemos não sendo uma forma de Estado ou de sociedade e sim um poder sempre em um Estado de exceção.

O ponto fundamental para Rancière é que a liberdade de informação, de associação, de reunião e de manifestação permite uma vida democrática; na qual o povo representa as formas parlamentares e estatais.

Trata-se da questão da minoria, onde a grande maioria dos humanos, confinados em condição subalterna.

No livro Ódio à Democracia, publicado no Brasil pela Boitempo Editorial em 2014, o filósofo franco-argelino Jacques Rancière deixa claro o que está em crise não é o governo da multidão, mas a farsa que procura invibilizá-lo e pistas para entender este fenômeno. Um fenômeno que, a se fiar pela experiência europeia e pelos últimos embates, será cada vez mais comum por esses lados. A obra é uma crítica contundente à denúncia do "individualismo democrático" – que, segundo ele, cobre, com pouco esforço, duas teses: a clássica dos favorecidos (os pobres querem sempre mais) e das elites refinadas (há indivíduos demais, gente demais reivindicando o privilégio da individualidade). "O discurso intelectual dominante une-se ao pensamento das elites censitárias e cultas do século XIX: a individualidade é uma coisa boa para as elites; torna-se um desastre para a civilização se a ela todos têm acesso", escreve. Para o autor, não é o individualismo que esse discurso rejeita, mas a possibilidade de qualquer um partilhar de suas prerrogativas. "A crítica ao 'individualismo democrático' é simplesmente o ódio à igualdade pelo qual uma *intelligentsia* dominante confirma que é a elite qualificada para dirigir o cedo rebanho".

Para Rancière a democracia não é uma forma de governo corrompido, mas uma crise da civilização que afeta a sociedade e o Estado através dela.

A democracia é mau quando se deixa corromper pela sociedade democrática que quer que todos sejam iguais e que todas as diferenças sejam respeitadas, para o autor só existe uma tese: só existe uma democracia boa, a que reprime a catástrofe da civilização democrática.

1. Brasil de fato: Democracia vitoriosa à democracia criminosa

A democracia leva não somente o beneficio a outros povos como ao Estado Constitucional, esse triunfo de eleições livres, voto direto, secreto e universal conduziu a realidade brasileira atual a uma desordem. Ter liberdade nos leva ao direito de errar, e levar a desordem democrática, situação que nesse momento vive o Brasil.

O título democracia é um título anárquico, título próprio dos que não tem nem título para governar nem para serem governados segundo Platão e Aristóteles, aqueles que são chamados de "melhores" nas cidades são simplesmente os mais ricos, e a aristocracia nunca é mais do que uma oligarquia, com isso o autor pauta sua tese na questão de uma democracia é apenas uma forma de vida na sociedade e não uma forma de estado, o estado ainda é oligarca, ou seja, o poder na mão dos ricos. (RANCIÈRE, 2014, p. 60)

A desordem, ou melhor, a descaracterização dos poderes e suas competências, em prol do Bem Comum, assola o Brasil na corrupção institucionalizada. O autoritarismo abriu o caminho para a morte lenta e profunda de um regime democrático, com pedido da volta dos militares e outras forças autoritárias, querido por alguns para reassumirem o poder, a fim de moralizar e retornar o pais nos trilhos do desenvolvimento econômico, na ordem e progresso.

A desilusão com os governantes democráticos e a nostalgia pelo autoritarismo era o primeiro passo essencial no processo de consolidação democrática, a elite e o povo desceu para o momento eufórico. Esses movimentos tanto na Europa quanto na América causaram modelos das quais o Brasil seguiu, a liberdade saiu aos gritos nas ruas "Diretas Já" e com isso surgiu o "bom governo", aquele capaz de controlar simplesmente a vida democrática.

O processo de transição para a democracia brasileira começou em 1984, após um período de 20 anos da ditadura no Brasil, um processo de transição democrática quando o primeiro presidente civil assumiu o cargo por meio de eleições indiretas. No entanto, antes de alcançar a democracia, o Brasil passou por muitos momentos políticos[1].

[1] Disponível em:< http://www.estudopratico.com.br/democracia-brasil/>. Acessado em: 08/04/2016.

A democracia chegou aos dias atuais com sacrifícios exigidos por meio de impostos até os interesses comuns, caminharam em passos duros, significa a destruição segundo Rancière do limite político pela lei de ilimitação própria da sociedade moderna, culminando hoje uma vontade de se livrar, pelas técnicas da manipulação genética e da inseminação artificial, das próprias leis da divisão sexual da reprodução sexuada e da filiação. RANCIÈRE, 2014, p. 19).

O significado de democracia vai muito além do voto, ele abrange o direito de todos possuírem uma Constituição pautada dentro dos direitos e deveres do povo brasileiro, o excesso de democracia leva o governo a criar bancadas de interesses comuns, privados. A democracia moderna significa destruir barreiras entre o que se diz "diferente" e a iluminação própria, ocorre pelos representantes políticos dentro da casa do povo.

A crítica ao ódio democrático é pautada naquilo que o indivíduo diz não aceitar ou alega tolerar, surgindo o individualismo. Cada povo de forma particular critica suas interrogações, pois enfim, vive-se numa "democracia", pode-se não apoiar o "casamento gay", mas pode-se "dirigir embriagado", pode-se não abrir creches, mas pode-se desviar verbas da merenda escolar. Essa beleza, de fato, se chama DEMOCRACIA.

As pessoas de boa vontade que fazem parte da mesma comunidade política e discordam quanto as suas convicções éticas e morais se veem diante de um problema imenso: como viver juntas com respeito mútuo e sob um Estado coercitivo, o Estado detém o monopólio do "jus puniendi", é a representação política do povo, cabendo a cada cidadão repensar sua forma de agir, e se o Estado legislar, administrar, julgar, enfim, agir de forma particular?

O homem egoísta da sociedade democrática é um homem real, e o ponto de vista de Platão foi o primeiro a inventar esse modo de leitura sociológica que proclamamos próprio da era moderna, a realidade inversa, um estado de sociedade em que é o homem privado, egoísta, que governa. (RANCIÈRE, 2014, p. 50)

O filósofo Kant como citou em sua obra se se tornaria uma Torre de Babel política, coube com esse estudo, tratar das questões políticas de uma maneira crítica e alertar para que a sociedade em si aprenda a construir uma comunidade política que se faça unicamente pelos princípios e não por seus interesses egoísticos.

Sempre faltou uma ciência clara que soubesse controlar as cegueiras da política e controlar os excessos constitutivos da justa proporção entre igualdade e desigualdade. Afinal, ter direito, não é favor e respeito não é tolerar. As leis são coercíveis, heterônomas e possuem

bilateralidade atributiva, são elaboradas por terceiros. Aqueles cujo rosto muitas vezes, não é vistos, mas afinal, foram eles quem elaborou as leis.

O Brasil era bom quando pertencia a poucos? Ou após o Governo Lula tornou-se exemplo de inclusão social, com a ilusão de dezenas de milhões de pessoas saindo da linha da pobreza. Resta saber até que ponto um partido tem peso politico, se tem é porque tem força para mobilizar certo numero de eleitores. Portanto, usar a democracia como força é causar um estrago a esse sistema democrático, como um revólver apontado para alguém.[2]Vivemos um momento sombrio na politica atual.

O Estado como ente, é uma ficção, arranjo formulado pelos homens da qual a sociedade se vê organizada em uma sociedade disciplinada a partir do poder, a fim de que todos possam se realizar em plenitude, atingindo suas finalidades particulares. O Estado tem seu valor ético e faz-se o mínimo ético da convivência humana, isso deveria ocorrer atualmente como era o modelo de Estado para Platão.

No Brasil atual é possível verificar que muitos atribuem esse Estado como antidemocrático, vivenciado na esfera global por forças de mercado que minam essas forças de Estado em prol de uma "preocupação" com as minorias, das quais cada vez mais percebemos que há um aumento dos excluídos.

O Estado brasileiro segue a tradição euro-americano. O modelo de Estado é o meio normativo regido em um texto chamado de Constituição 88, estabelecida após a época da ditadura que durou de 1964 a 1985 das quais foram os presidentes: Castelo Branco (1964-1967); Costa e Silva (1967-1969); Junta Militar (31/8/1969-30/10/1969); Médici (1969-1979); Geisel (1974-1979); Figueiredo (1979-1985). Ficou conhecido como a "modernização conservadora", que consistia no desenvolvimento urbano-industrial, na concentração da renda e na exclusão da classe operária.

Após ocorrer manifestações do povo brasileiro nas ruas, se deu a liberdade de escolher por meio do voto o Presidente, e desde então o povo vai as urnas de quatro em quatro ano escolher os chefes do Poder Executivo e membros do Poder Legislativo, passamos de um país ditatorial "democrático" e nossa Constituição Federal de 1988 passou a assegurar direitos e deveres aos cidadãos brasileiros, tais como: liberdade, exercício dos direitos sociais e individuais, segurança, saúde, moradia, igualdade, etc.

[2] Baseada na Frase maoísta: " sair pelo cano de uma arma, especialmente quando a mira da arma parece tão confusa".

A democracia por vezes é criticada em razão da voz e protagonismo que os cidadãos tem. O Estado é a representação política do povo, esta é a definição moderna. O Estado tem o monopólio da Justiça, para fazer a sua distribuição, para além da esfera privada.

Por isso o Estado é maior que o homem, ele existe em razão do homem, para o homem. E foram criados os modelos de Estado: o Estado de Direito, Estado Social ou Welfare State.

O Estado de Direito significa que nenhum indivíduo, presidente ou cidadão comum, está acima da lei. Os governos democráticos exercem a autoridade por meio da lei e estão eles próprios sujeitos aos constrangimentos impostos pela lei. Entre outras leis existentes dentro desse Estado de Direito está o Estado Social é ainda discutido em nosso país, pois seria verdadeiramente social com ênfase em atendimento de necessidades como direitos culturais, desporto, científico, tecnológico, comunicação social, radiofusão, meio ambiente, criança e adolescente, idoso, índios, mas dentro desse Estado Social há o Estado Regulador.

O conceito de Welfare State ou Estado de Bem Estar Social nasceu com base na concepção de que existem direitos sociais indissociáveis à existência de qualquer cidadão, nessa concepção o indivíduo tem o direito desde seu nascimento, e um conjunto de bens e serviços que devem ser fornecidos diretamente por meio do Estado ou indiretamente, mediante seu poder de regulamentação sobre a sociedade civil, onde se engloba a saúde e a educação.

Ora explicado, vivemos em um País que nas normas escritas e seus documentos e projetos nos levariam a ser um país modelo e exemplo pra muitos outros, pois somos um país rico em diversidades culturais, territoriais e mesmo assim não ficamos ilesos de estarmos entre os países de pior colocação no ranking mundial da educação.

Este cenário assustaria Platão, pois ele via na educação se que revela para o conjunto dos cidadãos, o melhor governante é uma ascese espiritual: a alma que atinge o topo do conhecimento se acha em plenas condições de governar, mas não deve se julgar superior aos demais homens e mulheres. Ao contrário, deve retornar ao mundo de sombras em que eles vivem e, graças ao seu olhar mais acurado, ajudá-los a ver com maior nitidez no escuro. O rei-filósofo não tem, portanto, como ideal de felicidade chegar ao poder para ser honrado por sua sabedoria ou para adquirir prestígio e riqueza; ele não cultiva qualquer tipo de orgulho e é feliz por ser o educador maior de todos aqueles que governam para fazer de seus concidadãos homens e mulheres melhores. A mentira à luz do Estado está ligada a moralidade pública. A mentira não alcança os deuses e não tem sua origem neles.

Somos, na atualidade governados por um aparelho absoluto do Estado chamado em sua maioria, membros do Partido dos Trabalhadores o qual desconsidera a imperatividade das leis e negligenciam o Estado.

Nunca antes, na história desse país o Chefe do Executivo, o Ex-Chefe do Executivo Federal estiveram sob acusações em tão pouco espaço de tempo, ou parlamentares foi tão denunciado foram investigados, como o que ocorre em tantas fases do Processo da Lava Jato, sob o comando da Justiça Federal, como se nada lhes dissessem respeito.

Há ainda, neste caos, a acusação de que a mídia insufla a desordem, entretanto, vê-se abaixo dados[3] sobre verbas públicas destinadas a empresas de televisão brasileiras, maiores grupos privados de difusão de informação em massa.

Record: R$ 2 bilhões de reais nos 12 anos de Lula e Dilma.

SBT: no período de 2003 a 2014 recebeu R$ 1,6 bilhões de reais;

Band: recebeu R$ 1 bilhão de reais.

Globo ainda lidera em verbas estatais, mas tem queda em anos recentes.

Rede TV recebeu R$ 408 milhões.

Segundo Sen a velocidade com que a cobertura e por vezes até a cultura dos meios de comunicação pode mudar, aumentando com isto o alcance da discussão pública do país. SEN, 2010, p. 369-370)

São em tese segundo Sen sobre a imprensa os seguintes questionamentos

1. é a contribuição direta da liberdade de expressão em geral e da liberdade de imprensa em particular para a qualidade de nossas vidas,

2. a imprensa tem um importante papel informativo, difundindo o conhecimento e permitindo a análise crítica,

3. a liberdade dos meios de comunicação (função protetora) contribuir enormemente para a segurança humana,

4. formação de valores, interação, novas normas, famílias, crescente reconhecimento, equidade entre os gêneros. (SEN, 2010, p. 370)

A mídia não é importante somente para a democracia, mas para a busca da justiça em geral. Uma “justiça sem debate” revela uma ideia opressiva.

Durante 2016 ocorreram cortes destinados a verbas de empresas como o Globo, como capacidade de nos indignar com essa aberração vai definir o jogo da censura de mídia. Se nos indignarmos pouco, eles vencem. Se nos indignarmos de fato, eles perdem. Fica clara a

[33] UOL obteve dados inéditos e exclusivos sobre publicidade federal

questão de que nem tudo que ouvimos, ou vemos cabe julgar. Deixemos nas mãos dos Ministros do STF essa decisão, o que sobra é um pouco de ética e vergonha na cara.

A democracia necessita, nesse momento, de valores éticos, de verdadeiros heróis nacionais e de uma consciência coletiva, ela caminha rumo a constituição de uma democracia mais participativa com instituições transparentes. E que mude destaque-se a necessidade de ajustes no sistema eleitoral, as oportunidades de uma disputa séria e ética no campo político nacional.

Há muitos anos nossas riquezas estão sendo usurpadas por empresas estatais, fomos "beneficiados" pela Privatização Tucana que alegou falta de condições financeiras de continuar a manter essas empresas como a Vale do Rio Doce, CSN, as empresas de telefonia dentre outras que não foram só foram privatizadas, mas mantidas em concessão, e diante desse fato os impostos são arrecadados em porcentagens absurdas, sem retorno para se garantir direitos fundamentais e sociais, como saúde, educação dentre outros. Somos os cidadãos que mais pagam impostos no mundo e que recebemos um dos os piores serviços públicos.

Como o caso da telefonia que teve que ocorrer a intervenção das empresas reguladoras de serviços para se contestar a realidade exorbitante além do que pagamos,.

Pela mesma razão, o Estado popular encontra a ruína naquilo mesmo seu verdadeiro bem, quando seu desejo desse bem é insaciável, apregoou Platão em "A República" (1994, p. 357)

A corrupção é o tema atual e de muitos anos para todos os brasileiros, no atual governo se agravou mais essa situação, tivemos o casos com: Operação Porto Seguro, Mensalão, Petrolão, dentre outros.

> A democracia não é um tipo de constituição nem uma forma de sociedade. O poder do povo não é o da população reunida, de sua maioria ou das classes laboriosas. É simplesmente o poder próprio daqueles que não têm mais título para governar do que para ser governados. (RANCIÈRE, 2014, p. 63)

A mídia que manipula a massa que corrompe as informações dessa mesma massa que se vê agraciada por, políticas públicas de distribuição de renda, dentre outras ações assistencialistas do Governo que tem por fim, antes de se proteger a vida e dignidade humana e sim como fim primordial aquecer a economia. Com essa "ajuda", para acabar com a pobreza, estamos vivendo um momento de abandono total do Estado, onde o crime impera a violência, falta de educação, linchamentos, educadores mal remunerados, polícia mal assistida tanto salarial como em armamento. Governados por ex-bandidos, ex-terroristas e por

criminosos que se beneficiam os que lhes deem respaldo. E com tanta corrupção resta ao povo a morte de centenas de pessoas, sem alimento, sem remédio, nos hospitais em corredores, no chão, cidadãos entre cercas elétricas, carros blindados, câmeras e tantos aparatos sendo abandonados e para quem reclamar?

> A aliança entre o Estado e a indústria privada foi por longo tempo um dos mais sólidos pilares da modernidade, assegurando um equilíbrio efetivo entre conveniência política, necessidades econômicas, emprego e controle social, isso desde que as pequenas empresas familiares surgiram no século XIX, e foi reconfirmado pelas políticas dos governos totalitários e das democracias do pós-guerra, revelando uma aliança sagrada que deu estabilidade para toda a sociedade ocidental. (BAUMAN, 2016, p. 139).

Portanto desde os tempos áureos fica claro essa troca de favores e contribuições, mas não fica claro o mergulho profundo nos lamaçais de troca de favores e corrupção, a usurpação do bem publico, em detrimento do bem comum.

Segundo Zizek (2012) vivemos o ponto capitalista global aproxima-se do ponto zero apocalíptico são quatro cavaleiros do Apocalipse sendo eles: a crise ecológica, as consequências da revolução biogenética, os desequilíbrios dos próprios sistemas (problemas de propriedade intelectual a luta vindoura por matéria prima, comida e água) o crescimento explosivo de divisões e exclusões sociais. Portanto não sabemos de onde partir e para onde chegar, diante desse engodo administrativo que avacalha a “ORDEM E O PROGRESSO”, as contas públicas brasileiras.

E como mudar o estado de coisas? A culpa é do povo e qual parte pior do povo? O que não enxerga ou que faz vistas grossas? Podemos nos considerar em um estado de Primavera Burra Brasileira dessa quebradeira geral, tornamos bons selvagens sendo descobertos na terra dos tupiniquins. Esse é o Brasil, “país de todos” segundo Platão não há remédio aos males que afligem o Estado, senão que sejam governados por esses mesmos filósofos que acabas de conhecer inúteis à sociedade. (ZIZEK, p. 249)

Deste modo a democracia representativa é uma forma de governo que visa atender as necessidades de uma grande maioria, mas que infelizmente é corrompida, aqueles que deveriam defender o povo em busca de um bem comum, desde o momento em que se elegem já usam de instrumentos que não demonstram qualquer interesse no bem comum e sim em seus próprios interesses. Os meios de governo não cumprem suas promessas de democratização ampla, geral e irrestrita, como se espera a sociedade, e piora quando não

ocorre a transparência, a ética, esgotando todo ciclo histórico dos meios de governar um país que embora tenha suas extensões territoriais, detém muitas riquezas.

Não há heróis nacionais, éticos exigida não surgem alternativas, vivemos em um momento político envolto aos podres poderes.

De qualquer forma, o modelo representativo é aquele cujo poder é delegado a um representante e este tem o papel de trabalhar em beneficio de toda a população. Neste contexto, o voto mostra-se como uma importante ferramenta da participação popular, mas que pela falta de comprometimento de muitos governantes tem sido desacreditado por boa parte da população, mas que ainda assim é capaz de mudar a realidade social e política do país.

2. Democracia e desenvolvimento

> A intolerância é em si uma forma de violência e um obstáculo ao desenvolvimento do verdadeiro espírito democrático. Gandhi

Os defensores da ideia de que a democracia promoveria a melhoria do bem-estar social, com objetivos bons se viram no meio de grandes tensões entre democracia e desenvolvimento.

Ao falar em desenvolvimento não podemos esquecer-nos de mencionar o crescimento do PIB do Brasil é que a estimativa é que o Produto Interno Bruto (PIB) do país "encolha" 3,5% neste ano de 2016 – resultado melhor apenas que a contração de 6% esperada para a Venezuela[4]. Isso prova que a política econômica está um desastre. Diante dessa estimativa podemos calcular que a conexão entre crescimento econômico e a redução da pobreza está totalmente vulnerável. Visível no campo educacional, da saúde, moradia, trabalho, alimentação que o Brasil enfrenta uma das suas piores crises democráticas onde partindo dessas analises a liberdade política que paira sobre o Congresso deixa claro que o povo precisa ficar atento. Se não houver sinergia em ambos os setores, tanto a democracia como o desenvolvimento estão desprotegidos e algumas reformas são necessárias para que o crescimento volte a estabelecer o crescimento econômico e desenvolvimento social.

Segundo Amartya Sen, a democracia e os direitos políticos e civis tendem a reforçar as liberdades de outros tipos, como segurança humana. (SEN, 2010, p.383). Quando o autor cita segurança humana ele trata das questões sociais e o direito básico a alimentação, mas também outros campos de aplicação.

[4] Disponível em:< http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/02/pib-do-brasil-tera-2-pior-desempenho-do-mundo-em-2016-aponta-fmi.html>. Acesso em: 12/02/2016.

> O pai de família que submete os filhos ao “estudo farisaico” pode então assumir o lugar do professor republicano, que subtrai a criança da reprodução familiar de certa ordem social. E o bom governo, que se opõe à corrupção democrática, não precisa manter, por equivoco, o nome de democracia. (RANCIÈRE, 2014, p. 44)

Qual o eixo central da democracia? Onde o ponto morto pode ser encontrado? Existe um termo utilizado por T. S. Eliot, o “ponto morto”, acredito na análise do mais notável filósofo político americano John Rawls, não podemos ver a democracia como cédulas de votos mas como “racionalidade pública” a oportunidade de discussão pública e a participação interativa e encontro racional; já Stuart Mill um “governo através da discussão”. (SEN, 2010, p. 54)

Mandela fez uma longa caminhada para a liberdade e sua busca pelo “ponto morto” em um “mundo de rotação”. Seu discernimento sobre as ideias gerais sobre a igualdade política e social tinha raízes globais, a prática da discussão pública participativa que conhecia dentro do seu limite do existir.

A partir do pensamento de Sen as pessoas em primeiro lugar, a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. (SEN, 2010, p. 388)

O êxito da democracia não consiste meramente em ter a estrutura institucional mais perfeita que podemos conceber. Ela depende inelutavelmente de nossos padrões de comportamento real e do funcionamento das interações políticas e sociais.

3. O ódio à democracia brasileira

O conceito de democracia como forma de governo remonta aos filósofos gregos, na sociedade ocidental moderna surge no final do século XVIII, em termos de fontes de autoridade governo, propósitos do governo e procedimentos para a constituição do Governo.

O procedimento central da democracia é a escolha dos lideres por meio de eleições competitivas pelo povo que volta e elege seus líderes e o povo que “governa”.

> Assim, quando a multidão ocupa espaços antes reservados às pessoas 'de boa aparência', uma gritaria se alastra em sinal de protesto. O que é isso, senão o enorme mal-estar dos privilegiados. “A expansão da democracia incomoda. Daí um ódio que domina nossa política, tal como não se via desde as vésperas de um golpe de 1964, condenando as medidas que favoreciam os mais pobres como populistas e demagógicas”. (JANINE, apud RANCIÈRE, 2014)

Segundo Samuel Huntington o processo global de democratização antes e depois de tal eleição normalmente é complexo e prolongado. Implica provocar o fim do regime não democrático, inaugurar o regime democrático, abertura a um sistema autoritário, exceto em eleições competitivas e livres. (HUNTINGTON, 1994, p. 19.)

Para alguns a democracia significa "liberte, égalité, fraternité", efetivo controle civil sobre a política, governo responsável, honestidade e abertura na política etc. As eleições abertas livres e imparciais são a essência da democracia por fonte ou propósito, o inescapável sine qua non. Governos eleitos podem ser ineficientes, corruptos, de visão estreita, irresponsáveis, dominados por interesses específicos e incapazes de adotar as políticas exigidas pelo bem público.

Não existe mestre que não cochile e não se arrisque assim a deixar o escravo escapar; não existe homem que não seja capaz de matar outro homem; não existe força que se imponha sem ter de se legitimar, sem ter de reconhecer uma igualdade irredutível, para que a desigualdade possa funcionar. E segue o autor o comando deve supor uma igualdade entre o que comanda e o que é comando, os que se acham espertos e realistas podem dizer que a igualdade é apenas o doce sonho angelical dos imbecis e das almas sensíveis. (RANCIÈRE, 2014, p. 65)

O que ocorre com o Brasil nesse momento é que o Governo se tornou indesejável mas querer tornar o país "não democrático" é um risco, pois a democracia é uma virtude pública. No caso do Brasil ocorreu o golpe militar, censura, eleições manipuladas, coerção entre outros da qual é incompatível com o sistema democrático.

O ódio a democracia não consiste em querer extinguir uma virtude a todo custo e luta alcançado, agora falar que a democracia é a política que nos governa no que a democracia diferencia de outras características dos sistemas políticos na qual estamos imersos; mesmo os poderosos que tomam as decisões não são escolhidos pelas eleições, o sistema político não é democrático mas as limitações do poder estão implícitas no conceito de democracia.

A democracia está associada a nação-estado, seu desenvolvimento se deu no século XVII, Huntington afirma que a democracia política está associada a liberdade do indivíduo, as democracias podem abusar dos direitos e das liberdades individuais, o Estado estrutura, forma um Estado autoritário bem regulamentado, um grau de segurança e ordem. (SAMUEL HUNTINGTON, 1994, p. 37-38)

Isso não ocorre no Brasil, ao correlacionar liberdade com democracia, existe um período que deve ser ampliado e aprofundado. As questões sociais, educacionais, culturais, os valores devem ser ensinados como fonte essencial para quem está preocupado com o destino

correto da democracia, demanda um período longo pois nossa democracia não é um bebê, mas um adolescente em plena maturação. Gradativamente, pelo voto popular mantendo a transparência da legitimidade constitucional podemos mudar essa história.

O Congresso foi instaurado em 1824, logo após a independência do Brasil, que ocorreu sem ruptura violenta com a coroa portuguesa e assegurou em grande medida a continuidade das estruturas de poder antecedentes, atualmente a Casa conta com 513 deputados e 81 senadores. (Le Monde diplomatique, 2015, p. 4).

Para Bauman a democracia é, na verdade, a prática da translação contínua entre o público e o privado, de reformar problemas privados em questões públicas e redistribuir o bem-estar público em tarefas e projetos privados. (BAUMAN, 2008, p. 251).

A democracia é um circulo de translação, se parar ela morre, para ser democracia tem que estar aberta a negociação e se esse fluxo contínuo acabar e a suspeita de que o trabalho ainda não está acabado não seremos democráticos.É como uma construção gigantesca de que com erros e acertos ela tem que ser modelada, remoldada, pensada, repensada nunca totalmente mitigada de que seu trabalho não está completo, assim é a democracia, é nisso que são as verdadeiras pautas politicas para as eleições e as reeleições, num dado momento, é a redução da pobreza, outra a saúde, outra é o saneamento, outra é a educação, miríades infinitas de questionamentos sem fim e com isso o dinheiro público é colocado como o pagador de todo o sonho, os impostos geram expectativas do retorno e que muitas vezes o que percebemos com o fechamento de escolas como ocorreu no ano de 2015-2016 na gestão do atual Governador de São Paulo Geraldo Alckimin, a fatia de pagamento aos servidores, a crise hídrica entre outros. O Estado usou mal e de forma indevida tantos bilhões que ao construir tantos estádios para a bola rolar, deixamos de educar, cuidar, alimentar e desarmar uma sociedade frágil e sem cultura que a sensação de empoderamento se fez presente durante a força do governo que circulava no mercado a custas de impostos pagos com capital empresarial o dinheiro dado ao povo, por meio de bolsas na qual girava fortemente o mercado financeiro do Brasil.

Na Grécia antiga em Atenas como preâmbulo rotineiro para as leis que promulgam. “É considerado bom” e “não é bom”! Os interesses privados correm como veneno na veia da democracia, essa autonomia da sociedade, seus direitos sociais é a garantia da liberdade da qual surge o bem comum a todos. Agora se os poderes públicos promulgam leis pelo que consideram bom, como a questão do aborto, do estatuto da família, maioridade penal, , e implementar o que foi promulgado, gerando conflitos entre como dizia Aristóteles o “oikos” (o território privado familiar e aconchegante, apesar de muitas vezes barulhento e

tempestuoso, e o da “ecclesia” (o domínio constante onde muitos não conhecem o Palácio do Governo, casas de leis), assim sendo, nem todo público onde lá surgem pautas e projetos de leis que afetam a vida de cada um de nós.

E para Aristóteles há uma terceira área existente o “Ágora” a praça pública onde o povo expunha seu pensamento, sua decepção, acusações entre outros debates interessantes de como governar. E quando ocorre o enfraquecimento da arte da translação da democracia entre a *ecclesia* e o *oikos*: as questões públicas e os problemas privados.

O destino da democracia e sua sobrevivência decorrem de batalhas em que as ameaças começam aflorar. O general Antonio Hamilton Martins Mourão foi exonerado do Comando Militar do Sul, segundo documento divulgado em 29 de março de 2016, no site do Exército Brasileiro. Ele fez críticas ao governo e dito, durante uma palestra no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) em Porto Alegre, que é preciso um "despertar para a luta patriótica" como saída para crise política do país e afirmou que a "luta patriótica" a que se referiu é o "esforço e empenho de todos os patriotas no sentido de sobrepujar a crise[5]".

> A democracia segundo Huntington, não significa que os problemas serão resolvidos, significa que os governantes podem ser removidos; e a essência do comportamento democrático é fazer essa última coisa, porque a primeira é impossível. (HUNTINGTON, 1994, p.257).

Nos primeiros anos do pós-guerra, a sociologia elaborou a teoria da democracia pluralista a fim de relacionar os modelos normativos da democracia e os assim chamados princípios realistas da teoria econômica e da teoria do sistema, e pode se observar que o conteúdo idealista das teorias normativas se dissolve, ao passo que as ciências sociais; e uma visão cínica e critica que somente a sociologia faz luz sobre o poder regulado pelo Estado de Direito como referencia um lado tecnológico do *input* e o outro *output* formando uma contra corrente que penetra entre esses sistemas nas quais nivelam para uma perspectiva reconstrutiva do sistema.

Vive-se no Brasil a teoria da ação que define o “o poder” como sendo a capacidade é o direito somente daquele que o ditem e o resto que existe e fique quieto, o povo se multiplica nas ruas em gritos, alardes, protestos e nada mudam e o que podemos observar é a questão dos interesses políticos e não os interesses sociais, a má governabilidade do “poder” e suas vontades muitas vezes se chocam contrário de outros, e a balança pesa sobre o poder e o

[5] Disponível em:< http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/10/general-que-fez-criticas-ao-governo-e-exonerado-e-designado-nova-funcao.html>. Acesso em: 29/01/2015.

sistema politico de ação, e o poder geral como auto-organização conhecido como as estratégias falsas onde se percebe o lamaçal.

O pluralismo segundo Habermas acontece de duas formas um pela manifestação do poder social, o elo entre o poder social, forma o elo entre o modelo liberal de democracia, essa a realidade social, forma a força de imposição de interesses organizados, eleições gerais e a concorrência entre os partidos, governo e oposições em segundo o poder administrativo na qual é formado para organizar os interesses dessa força, liga o poder social dos partidos que conseguem o poder politico e estes dois entrando em choque não ocorre à elaboração efetiva que satisfaçam os interesses sociais de forma simétrica. (HABERMAS, 1929, p. 59)

> Com o azedamento da política, os partidos políticos tem que apelar pela perda de legitimação provocada pelas vozes de protesto e pelos que não são eleitores ocorre com isso os déficits de legitimação e de regulação favorecem uma espécie de incrementalismo muito próximo do quietismo, surge o caminho da bifurcação o lado da teoria do sistema elimina os derradeiros laços do modelo normativo onde serviria de ponto de partida, e o sistema político autônomo.(HABERMAS, 1929, p. 61)

Na realidade ressurgem os problemas da velha teoria do Estado, e a democracia da teoria da economia apoia-se no individualismo. Entramos na questão da corrupção que corrói o conteúdo normativo da democracia. E o povo fica revoltado e culpa o mau governo pela gestão, pelas falcatruas expostas na mídia a todo o momento. Afirmações equivocadas são feitas com frequência, com: “Paulista é uma raça egoísta”, “Deveríamos nos separar do resto do país”, “Os ricos mudarão para Miami”, “Abaixo a Bolsa Esmola”, “Os empregados deveriam ser proibidos de participar”, “Nordestino não sabe votar”. São tantos manifestações de desafeto ao sistema político que agora surgem os que gritam “Não vai ter golpe”.

O povo se divide entre os que apoiam o governo com medo da volta da ditadura, e outros que ainda pedem a volta da ditadura. Falarem em golpe, impeachment ou cegueira coletiva para deslegitimar um resultado adverso. Fica claro, que ainda a democracia do Brasil é jovem e sofre de amnésias. Observa-se que a teoria da democracia sofre uma rasteira pelo sistema, pelo poder e pela economia, todas as teorias de democracia ao não executar tudo de forma simétrica gera a perda do sentido, os freios, o controle da teoria econômica democrática não consegue controlar as pedaladas fiscais dividindo a política e o direito dos cidadãos em vários sistemas funcionais fechados sobre si mesmos, tudo isso piora diante de investigações

de fatos criminosos em que há a apropriação privada de verbas públicas, evasão de divisas, por aqueles que devem zelar e administrar o erário público.

Excelentes cidadãos trazem uma ideia de formação de um excelente Estado. Deve-se considerar que na atualidade há a ideia de Estado Assistencialista, como se fosse uma "grande mãe", que deve prover sempre, mesmo aqueles que não se "adaptam" ao sistema estabelecido, às normas jurídicas vigentes, dentre outros. Há que considerar uma análise do Estado em relação à solidariedade e também uma análise crítica de uma visão massificada de que o Estado bom é o Estado que ampara interminavelmente os cidadãos. Mas qual o fim do Estado? Qual o limite do Bem comum?

Em síntese, as coalizões misturam formações de esquerda e de direita, de modo que um cidadão tem a opção de votar em um defensor de direitos humanos, ou num candidato machista, racista, homofóbico, um defensor da pena de morte, ou o defensor da expulsão de camponeses de suas terras.

O cenário dos politicos brasileiros é recheado de ex-celebridades, de políticos de carreira desde os tempos da ditadura, a bancada da bala, a bancada ruralista, "clãs de políticos com grande força persuasiva. Causando o encapsulamento autopoiético onde a sociedade não é vista como parte do corpo, como se a sociedade que os elegeu e confiou nesse governo, no Brasil, passou a serem invisíveis, os estorvos, os "delinquentes", vândalos entre outros atributos ao povo que serve ao Estado com seus impostos. Sendo claro que aqueles que destroem o patrimônio público devem ser punidos dentro das normas, o que percebe é a falta de onde se apoiar. A culpa é da mídia, a culpa é da oposição, a culpa nunca é do governo. O estado não é um "poder" o Estado é um dever. O poder é do povo, o estado delega competência para executar.

Diamond, Linz e Lipsert afirmam que uma razão primária para a instabilidade dos regimes democráticos e outros no Terceiro Mundo era a "combinação de baixa legitimidade e baixa eficiência". Os regimes começam com baixa legitimidade e portanto é difícil serem eficientes e "regimes em baixa eficiência, especialmente quanto ao crescimento econômico, tendem a se manter com baixa legitimidade". (HUNTINGTON, A TERCEIRA ONDA, 1994, p.257).

A democracia brasileira tem vivido em constante crise, não consegue conciliar a liberdade e a segurança, na medida do possível a comunidade não consegue aspirar, o modelo de democracia brasileira.

Quando falamos de democracia logo surgem vários conceitos ao direito de ir e vir, de expressão pública, de eleger nossos governantes, mas não podemos esquecer que acima de

todos os itens apresentados e os que ainda faltam designar nesse artigo, cabe salientar que democracia é ter direito ao desenvolvimento. E cabe aqui questionar como anda a democracia em nosso Brasil, o "País de todos".

> por democracia entende-se uma das várias formas de governo, em particular aquelas em que o poder não está nas mãos de um só ou de poucos, mais de todos, ou melhor, da maior parte, como tal se contrapondo às formas autocráticas, como a monarquia e oligarquia (BOBBIO, 2000, p. 07).

Rancière em sua obra, ora em estudo, trata das questões do ódio a democracia, pelo fato de ser ela uma forma de vida, onde dentro do governodo povo e do ódio a uma ideia do poder do nascimento da riqueza, ora não ocorrendo, suscita a desordem democrática.

Conclusão

Observa-se que há uma confusão generalizada. Ante as operações da Polícia Federal, Ministério Público Federal, Justiça Federal, a democracia perdeu a credibilidade. Para muitos a solução é a extinção da democracia e a ressuscitação da ditadura.

As questões que envolvem a moralidade e eficiência daquilo que é administrado e exercido no âmbito público fez gerar o descrédito, o ódio à democracia. O discurso generalizado que é a comparação é endêmico no Estado, e nos três Poderes.

Tudo isso repercute e abala a ordem jurídica, desestabiliza os pilares do estado democrático. Porém, esse ódio deve ser transformado em efetiva participação do povo junto aos entes federados. O estado existe por e para o povo.

Deve-se acreditar, que a luta pela manutenção de ordem democrática é o melhor caminho, dentre as opções existentes. O mau uso do dinheiro público, os desvios de ilícito, as propinas, as pseudo licitações antes entram nos porões recônditos e a partir de um momento, foram trazidas à luz, por meio de provas materiais e testemunhas, que não se trata de uma cultura espúria atual, e sim uma prática engendrada há muito tempo, a cultura oculta da corrupção e benesses.

O momento atual requer a retomada do curso, levar a Democracia límpida e integra a fim de salvaguardar os Direitos Fundamentais e Sociais. O saneamento ético do Estado, embora demande tempo por tratar-se de um processo permitirá o avanço político, econômico e social. Enfim, a democracia deve resistir e sempre, continuar!

Referências

BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BAUMAN, Zygmunt **A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas**; tradução José Gradel – Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado: Cursos no Collège de France**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

JURGEN, Habermas. **Direito e democracia: entre facticidade e validade, volume II**; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2011.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Democracia em pedaços: Direitos Humanos no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

GUILHERMO O' Donnell. **Challenges to democratization in Brazil**, World Policy Journal, 5 (Spring 1988).

HUNTINGTON, P. Samuel. **A terceira Onda**. A democratização no final do século XX. São Paulo: Editora Ática S.A. 1994.

RANCIÈRE, Jacques, 1940 – **O ódio à democracia/** Jacques Rancière; tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014.

SEN, Amartya. **A ideia de Justiça**. Tradução Denise Bottmann, Ricardo Doninelli Mendes. – São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **As pessoas em primeiro lugar:** a ética do desenvolvimento e os problemas de um mundo globalizado. São Paulo. Companhia das letras, 2010.

_____. **Desenvolvimento como liberdade** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA JÚNIOR, Cesar Saldanha. **A crise da democracia no Brasil.** Rio de Janeiro: Forense, 1978.

ZIZEK, Slavoj. **A visão em paralaxe**. São Paulo: Boitempo, 2008.